

Política

— CONSTITUINTE —

Enquanto alguns constituintes exigiam uma resposta às críticas feitas pelo ministro Oscar Dias Correa à nova Carta, Ulysses Guimarães usou cadeia de rádio e tevê com outro objetivo: apelar para que todos compareçam a Brasília, para votar. Ontem, não houve sessão, por falta de quórum.

Ulysses apela, de novo: compareçam.

As críticas do ministro do Supremo

“É dever nosso apresentar críticas antes que se vote em segundo turno” — apesar dessa explicação do ministro Oscar Dias Correa, vários parlamentares cobraram ontem do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, uma resposta tão incisiva quanto à dada ao presidente Sarney no último dia 27, quando este foi à tevê dizer que o atual projeto de Constituição tornaria o País ingovernável.

“Cumprir meu dever de ministro do Supremo Tribunal Federal, de jurista e de cidadão”, explicou ontem Oscar Dias Correa, que também é presidente interino do Tribunal Superior Eleitoral. No domingo, o ministro fez um duro ataque à Constituinte, afirmando que a nova Carta, se aprovada como está, causará “um aumento da tensão social” e um agravamento da crise institucional. afirmou também que o texto garante direitos aos trabalhadores, “mas as empresas não terão condições de arcar com as despesas”.

Num discurso muito identificado ao do Palácio do Planalto — Oscar Dias Correa esteve com Sarney na última sexta-feira —, o ministro criticou a reforma tributária, o direito de greve (para ele a demissão deve servir de modelo para reprimir movimentos trabalhistas) e o que considera uma diminuição de poderes do Supremo Tribunal Federal. “O texto é excessivamente grande e altera as relações entre os três poderes, fortalecendo excessivamente o Legislativo”, disse o ministro domingo. Em suas explicações, ontem, Oscar Dias Correa negou que tenha sido convidado por Sarney para assumir o Ministério da Justiça, em substituição a Paulo Brossard, que iria para o Supremo Tribunal Federal.

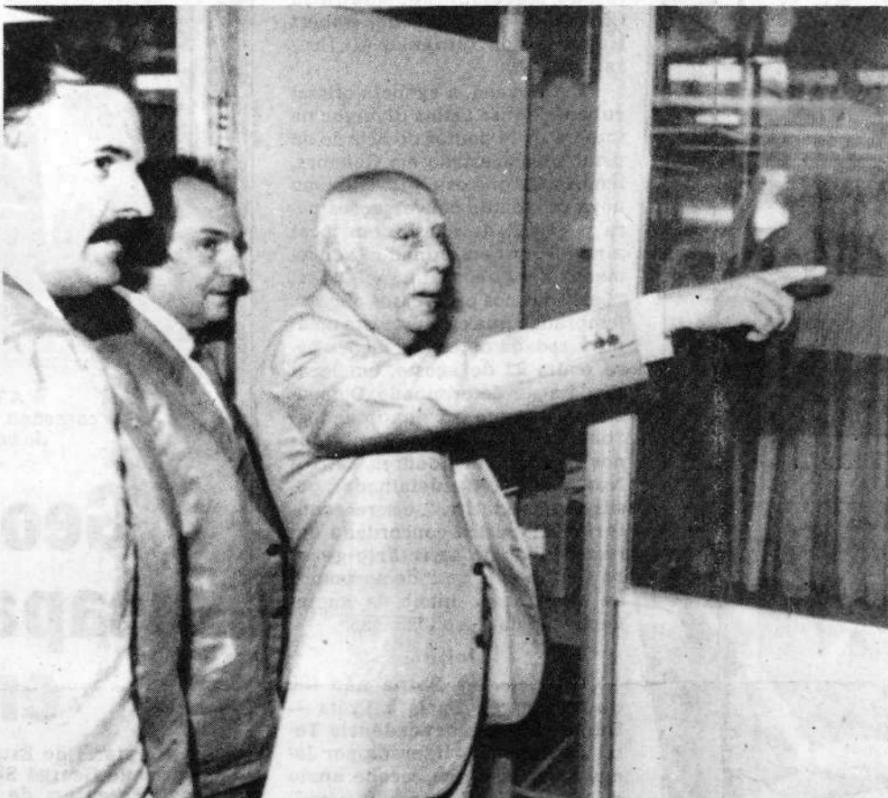
Na sessão de ontem da Constituinte, os parlamentares protestaram. Todos exigiram uma resposta do deputado Ulysses Guimarães. Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) achou que as críticas do ministro contribuem para uma posição golpista e estranhou que tenham partido de um Poder considerado intocável pela própria Constituinte. Para José Genoíno (PT-SP), as críticas do ministro (pai do constituinte Oscar Correa, do PFL de Minas) demonstram que se não houver votação em segundo turno os trabalhos da Constituinte até aqui terão sido em vão.

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), considerou “infeliz” a manifestação do ministro, inadequada principalmente porque Oscar Dias Correa representa uma das mais altas cortes do Poder Judiciário — o TSE.

Sobre uma possível sabotagem contra a Constituinte para impedir a promulgação da nova Carta ainda este ano, Lucena observou que custa a acreditar nisso, mas se o deputado Ulysses Guimarães está preocupado “é porque deve ter informações sobre o assunto”.

O deputado Roberto Freire (PCB-PE) entregou nota a Ulysses considerando estranha a atitude do ministro, que investe contra a Constituinte exatamente quando pesam sérias suspeitas de que setores antidemocráticos estejam procurando um confronto para esvaziar o processo de institucionalização do País. A nota é assinada pelos deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Artur da Távola (PSDB-RJ), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA) e Paulo Ramos (sem partido-RJ).

O STF é a instância máxima para julgar qualquer pedido de inconstitucionalidade. Ao emitir sua opinião, o ministro pode estar prejulgando e colocando-se em suspeição diante de um eventual julgamento de qualquer dispositivo da futura Carta.



Jobim, Cabral e Ulysses: buscando uma fórmula para apressar as votações.

— CORRUPÇÃO —

O sumiço dessas agendas

As agendas do ano de 87 que revelam encontros de Otávio Ceccato desapareceram.

A informação foi recebida com certo espanto pelo delegado Lusênio Ferreira Félix, que preside o inquérito sobre o escândalo do suborno de um milhão de dólares, dinheiro que teria sido pago a policiais federais para que fosse aliviada a situação de Otávio Ceccato em outro inquérito, sobre o rombo de quase Cz\$ 1 bilhão no Banespa. Ontem à tarde, o chefe de gabinete da presidência do Banespa, Zildomar Ribeiro, telefonou para o delegado Lusênio, informando:

— Nós procuramos e encontramos as agendas dos anos de 82, 83, 84 e 85. Mas as agendas de 86 e 87 não conseguimos localizar.

Lusênio ficou ressabiado. Ele anda muito interessado nas agendas de Ceccato. Três delas já estão em suas mãos, mas são deste ano, de janeiro até o dia em que Ceccato permaneceu na presidência do banco. Nestas agendas surgem os nomes de alguns policiais, entre eles um federal, o delegado Francisco Munhoz, o mesmo que presidiu o inquérito Banespa durante quase um ano e que agora é acusado de ter trabalhado para inocentar Ceccato. E é aí que surge a história do suborno. Oito vezes, este ano, entre janeiro e maio, Munhoz visitou Ceccato na sede do Banespa.

Mas o delegado Lusênio Félix insiste nas agendas de 87, porque elas podem explicar algumas coisas que ainda geram dúvidas. O inquerito Banespa começou na Polícia Federal em junho do ano passado. No segundo semestre de 87, Munhoz fez outras visitas a Ceccato? Além de Munhoz, mais algum policial foi encontrar-se com o ex-presidente do Banespa? Para afastar estas dúvidas, o delegado Lusênio sente necessidade de examinar as agendas de 87. Estranhamente, elas sumiram — embora outras

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, fez um pronunciamento por rede nacional de rádio e tevê durante o horário reservado ao programa diário da Constituinte na noite de ontem apelando aos parlamentares para comparecerem a Brasília e dar continuidade aos trabalhos de votação da nova Carta. Além disso, telefonou a todos os governadores e falou pessoalmente com os coordenadores de bancadas. No início da noite, ele reuniu-se com o relator Bernardo Cabral e com o líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, buscando uma fórmula para apressar os trabalhos.

Ontem não houve quórum sequer para a reunião de lideranças que vem realizando as negociações sobre os pontos polêmicos do projeto constitucional, quanto mais para a realização da sessão com início às 16 horas, convocada desde a última quinta-feira.

As reações à ausência de parlamentares em Brasília foram muito diversas. Vão desde a do líder do PMDB, Nelson Jobim, e do próprio Ulysses Guimarães, que dizem não acreditar em uma ação deliberada de boicote, preferindo jogar a responsabilidade do que acontece às convenções municipais que acabaram criando uma “semana atípica”, até a do relator Bernardo Cabral e do vice-líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio, que vêem no atraso dos trabalhos a mão do governo e da direita que “sabem que se o segundo turno for depois das eleições seu conteúdo será alterado”, conforme declarou Plínio Sampaio.

Vários constituintes assinaram ontem uma nota que foi entregue ao presidente Ulysses Guimarães, em plenário, pedindo providências contra a manifestação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal. Oscar Dias Corrêa, fazendo eco às manifestações do governo de que a aprovação da Constituinte como está vai causar um aumento da tensão social e um agravamento da crise institucional. A nota diz que, apesar da “louvável discricção que o STF manteve até hoje, o ministro Oscar Corrêa investe contra a Constituinte exatamente na hora em que há sérias suspeitas de que

setores antidemocráticos estejam procurando um confronto para esvaziar o processo de reconstitucionalização do País”, chamando o pronunciamento do ministro ainda de “declarações impertinentes” que visariam criar na opinião pública do País “perplexidade prejudicial à consolidação da vida democrática”.

Ainda acredita

O deputado Ulysses Guimarães ainda acredita ser possível concluir os trabalhos e promulgar a Constituição no mês de setembro. A idéia que surgiu na reunião com Jobim e Cabral foi a de reunir os destaques de consenso em blocos e aprová-los ou rejeitá-los em uma só votação, “sem atropelar nada nem prejudicar a qualidade do texto”, disse o presidente da Constituinte.

Uma outra idéia, de autoria do vice-líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio, surgiu durante a reunião das lideranças e aprovada por todos os presentes, foi a de criar subcomissões temáticas que levariam as emendas já discutidas para a reunião das lideranças. Embora não regimental e portanto não oficializável, a proposta foi levada a Ulysses que a achou “excelente”, já que vai no sentido de agilizar os trabalhos.

Os cinco grupos ficaram assim distribuídos: 1 — Tributação, Orçamento e Finanças; 2 — Ordem Econômica, Política Urbana e Reforma Agrária; 3 — Seguridade, Educação e Ciência e Tecnologia; 4 — Comunicações, Meio Ambiente, Família e Índio e 5 — Disposições Gerais e Transitórias. Os líderes estão escolhendo parlamentares que conheçam melhor o assunto para participar de cada um dos grupos, para facilitar as negociações e acelerar os entendimentos.

O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), do Centrão, destoou da avaliação geral. Para ele, muitos constituintes não concordarão com a criação das subcomissões nesta fase dos trabalhos porque estas, ao chegarem com decisões já tomadas na reunião dos líderes, funcionarão como “um complicador nos entendimentos que já estão difíceis”, no entender do parlamentar.

Fausto Macedo.